



EVOLUÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, RS (1975-2005)

Gustavo Harder Gonçalves¹

Resumo: O município brasileiro do Rio Grande localiza-se na Planície Costeira do Estado do Rio Grande do Sul, Mesorregião Sudeste Rio-grandense, Microrregião do Litoral Lagunar, distante 317 km de Porto Alegre, sede municipal com coordenadas geodésicas de 32°01'40" S e 52°05'49" W Gr. e altitude média de 5,000 msnm. A área territorial de 2.709,522 km² do município compreendia, em 2010, uma população residente de 197,2 mil habitantes de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentando a elevada taxa de urbanização de 96%. Em 2009, o PIB (Produto Interno Bruto), que corresponde à totalidade das riquezas produzidas em território municipal, somou R\$ 6,28 bilhões e o PIB *per capita*, relação entre o PIB e a população, R\$ 16,3 mil. Em suma, Rio Grande ocupa o posto de quarto maior PIB e décima maior população residente do Estado. Para contextualizar a análise da evolução urbana da cidade do Rio Grande, propõe-se uma periodização que possui estreita correlação com o desenvolvimento econômico e a dinâmica da população. O trabalho objetiva descrever a expansão da área urbana da cidade do Rio Grande entre 1975 e 2005, ou seja, a evolução urbana compreendida entre o final do período de crescimento da indústria ligada aos Planos Nacionais de Desenvolvimento da ditadura militar e a estagnação/crise econômica do município. As principais contribuições teóricas para a compreensão da evolução urbana de Rio Grande não estudam o período proposto: Copstein (1982) analisa o período de 1737 até o início do século XX e Salvatori (1989) detém-se ao período de 1737 até 1987. Considerando estas questões, justifica-se este trabalho por cumprir uma lacuna no estudo recente deste fenômeno urbano.

Palavras-chave: Evolução urbana; desenvolvimento econômico regional; Rio Grande (RS).

1) Introdução

O município brasileiro do Rio Grande² localiza-se na Planície Costeira do Estado do Rio Grande do Sul, Mesorregião Sudeste Rio-grandense, Microrregião do Litoral Lagunar, distante 317 km de Porto Alegre, sede municipal com coordenadas geodésicas de 32°01'40" S e 52°05'49" W Gr. e altitude média de 5,000 msnm. A área territorial de

1 Universidade Federal do Rio Grande; gustavo_harder@hotmail.com

2 Municípios “são as unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, criadas através de leis ordinárias das Assembléias Legislativas de cada Unidade da Federação e sancionadas pelo Governador” (IBGE, 1999, p. 71).



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

2.709,522 km² do município compreendia, em 2010, uma população residente de 197,2 mil habitantes de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apresentando a elevada taxa de urbanização de 96%. Em 2009, o PIB (Produto Interno Bruto), que corresponde à totalidade das riquezas produzidas em território municipal, somou R\$ 6,28 bilhões e o PIB *per capita*, relação entre o PIB e a população, R\$ 16,3 mil. Em suma, Rio Grande ocupa o posto de quarto maior PIB e décima maior população residente do Estado (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2013).

O assentamento urbano da cidade do Rio Grande teve início com a construção do Forte Jesus-Maria-José no ano de 1737 a fim de atender objetivos geoestratégicos da Coroa Portuguesa como ponto de apoio militar entre Laguna e Colônia do Sacramento (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2013). Rio Grande foi o primeiro estabelecimento do colonialismo português no território do atual Estado do Rio Grande do Sul, é a primeira vila, por Ordem de 17 de julho de 1745. Com a dominação espanhola, perde tal categoria, sendo restaurada novamente em 27 de abril de 1809, mesma data em que são criados os outros três mais antigos municípios da então Capitania de São Pedro do Rio Grande, a saber, Rio Pardo, Santo Antônio e Porto Alegre. Durante o estágio de seu primitivo vilamento, Rio Grande foi capital e constituiu sede de governo da nova região que Portugal incorporava, entre 1737, ano do estabelecimento do primeiro forte, até o início da dominação espanhola em 1763. A Vila do Rio Grande é elevada à categoria de cidade em 27 de junho de 1835 (IBGE, 1959).

Para contextualizar a análise da evolução urbana da cidade do Rio Grande, propõe-se uma periodização que possui estreita correlação com o desenvolvimento econômico e a dinâmica da população: de 1737 a 1808-10, constitui o início da ocupação colonialista européia, o estabelecimento da colônia de povoamento açoriana até a dominação espanhola (1763-1777) e a decadência da primeira ocupação; de 1808-10 até 1850, caracteriza-se pelo desenvolvimento da manufatura escravista do charque na capitania, determinada pela crise platina decorrente das guerras de independência e pela chamada “Abertura dos Portos” de 1808 que torna a sede da Vila do Rio Grande um importante entreposto comercial de escoamento da produção concentrada no Arroio Pelotas³; de 1850-80 até

³ A área das bacias hidrográficas do Arroio Pelotas, do Arroio Santa Bárbara e do São Gonçalo estavam inseridas em um território que posteriormente foi elevado a distrito da Vila do Rio Grande no ano de 1812, a Freguesia de São Francisco de Paula. A freguesia foi elevada à categoria de vila em 7 de dezembro de 1830 e instalada em 7 de abril de 1832. Nesta data foi o território desmembrado da Vila do Rio Grande. Finalmente, em 27 de julho de 1835, obteve a categoria de cidade, conhecida a partir de então como cidade de Pelotas

Realização:





1930, período marcado pela Lei de Terras de 1850, fim do tráfico de escravos e grande imigração européia que determina a origem do trabalho assalariado, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e o início da grande indústria, quando há a instalação de diversas plantas industriais no município, a construção do Porto Velho no último quartel do século XIX, a construção do Porto Novo e dos Molhes da Barra do Rio Grande no início do século XX; de 1930 até 1980, período de industrialização no país e de diversificação industrial no município, com desenvolvimento da indústria da pesca e implantação do Superporto e da indústria química nos anos 1970, resultante da política econômica dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) da ditadura militar; de 1980 a 2005, período de estagnação e crise da economia regional.

Deste modo, o trabalho objetiva descrever a expansão da área urbana da cidade do Rio Grande entre 1975 e 2005, ou seja, a evolução urbana compreendida entre o final do período de crescimento da indústria ligada aos PNDs e a estagnação/crise econômica do município.

2) Conceitos de cidade, área urbana, mancha urbana e urbanização

O conceito de cidade muda de acordo com o contexto histórico observado. Na América portuguesa colonial, por exemplo, a palavra *cidade* se referia especificamente a um núcleo urbano que tivesse sido fundado diretamente pela administração metropolitana, contrastando com a *vila*, que era um núcleo fundado pelos donatários. A diferença estava no *status* político de cada uma e não no tamanho, sendo que muitas vezes as vilas eram até maiores do que as cidades. Mas de forma geral, uma cidade é um aglomerado populacional organizado em um espaço geográfico específico, que possui administração própria, e onde a maioria dos habitantes não trabalha na produção de alimentos (SILVA; SILVA, 2008). Para Giovannetti e Lacerda (1996), entende-se o conceito de cidade como um centro populacional permanente, altamente organizado, com funções urbanas e políticas próprias. Para Oliveira (1987), cidade é um “local com habitações, comércio, escolas, igrejas, clubes, etc. e logradouros públicos; sede de município; localidade com o mesmo nome do município a que pertence e onde está sediada a respectiva Prefeitura”.

(IBGE, 1959).



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

Área urbana é a área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal (IBGE, 1999). O *Dicionário de Dados* da Base Cartográfica Contínua ao Milionésimo (BCIM), desenvolvido pelo IBGE (2010), traz o conceito de *área edificada*, que é definida como uma área densamente habitada cuja proximidade das edificações não permite a sua representação individualizada e sim, o contorno da área do conjunto das edificações. Para Oliveira (1987), área edificada é a “área situada dentro do perímetro urbano ou suburbano duma localidade. O importante é a continuidade da edificação urbana. Uma área de loteamento, com construções esparsas, não é edificada. O mesmo que área urbanizada”. *Zona urbana* é toda a área contida no perímetro urbano duma cidade, significando o contrário de *zona rural*, sendo o mesmo que área urbana (OLIVEIRA, 1987). Segundo os conceitos e definições da *Documentação de Arquivo do Censo Demográfico de 2010* (IBGE, 2011), os domicílios recenseados são classificados como domicílio sem situação urbana ou rural. Este critério também foi utilizado na classificação da população urbana e rural. Os domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas urbanas, que são as áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal. As áreas urbanas são classificadas em *área urbanizada*, *área não urbanizada* e *área urbana isolada*. Os domicílios de situação rural são aqueles localizados nas áreas rurais, definidas como áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados.

Área urbanizada é a área legalmente definida como urbana, que se caracteriza por construções, arruamentos e intensa ocupação humana (IBGE, 2011). Em *Áreas Urbanizadas do Brasil – 2005*, o IBGE (2016) considera como sinônimos as definições de “área urbanizada” e “mancha urbanizada”, classificando esta última em três categorias: muito densa, densa e pouco densa. As manchas *muito densas* normalmente correspondem às áreas centrais de grandes aglomerações urbanas, caracterizando-se por um adensamento acentuado das construções, com presença de verticalização e quase ausência de solo não impermeabilizado. As manchas classificadas como *densas* caracterizam-se por uma ocupação urbana contínua, baixa verticalização, com predominância de casas, com pouco espaçamento entre as construções, porém, com maior presença de solo não impermeabilizado. As manchas classificadas como *pouco densas* caracterizam-se pela presença de feições urbanas (ruas, quadras, etc.), porém com uma ocupação esparsa. As

Realização:





manchas poucos densas podem representar loteamentos ainda em processo de ocupação ou uma transição entre a “paisagem urbana” e a “paisagem rural”, situando-se geralmente nas bordas das manchas densas. Também há casos onde são encontradas manchas pouco densas em pequenas ocupações isoladas, como, por exemplo, sedes de distritos municipais. Hasenack e Weber (2010), na *Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grande do Sul*, disponibilizam arquivo de camada vetorial⁴ chamado *manchas urbanas* para processamento em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no entanto, sem informar a definição deste elemento de representação cartográfica na documentação do levantamento.

Por *urbanização*, entende-se o processo de formação e crescimento das cidades, o deslocamento de populações e atividades econômicas para as cidades (GIOVANNETTI; LACERDA, 1996). Para Sandroni (1999), urbanização define-se como o processo social que consiste na liberação de indivíduos das atividades de plantio e coleta de alimentos. No século XVIII, amadureceram as condições que permitiriam a emergência da industrialização originária na Grã-Bretanha, a Revolução Industrial. As atividades fabris tornaram-se essencialmente urbanas, em função da necessidade de uma força de trabalho concentrada e de uma infra-estrutura que somente a cidade poderia oferecer. As taxas de urbanização aumentaram rapidamente, observando-se intensa migração rural-urbana, que ocasionou a concentração de grandes contingentes populacionais em área relativamente restritas, constituindo as metrópoles e conurbações (regiões metropolitanas formadas pela junção de cidades). Para Oliveira (1987), urbanização consiste apenas em tornar uma área urbanizada, mediante o traçado de logradouros públicos. Note-se a diferença entre *taxa ou grau de urbanização*, relação quantitativa entre a população urbana e população total expressa em percentual, e *processo de urbanização*, movimento contraditório, complexo e dinâmico que trata do desenvolvimento do capitalismo industrial e as mudanças na divisão territorial do trabalho e na situação de domicílio da população.

3) Cartografia da evolução urbana

4 Camada vetorial entende-se por arquivo em formato *shape* (extensão *.shp*), processável em programas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), obtido através de desenho sobre camada matricial ou *raster* (vetorização), em que os elementos geométricos são o ponto, a linha e o polígono. Camada matricial ou *raster* consiste na imagem captada por sensor a bordo de um satélite artificial, codificada e transmitida para uma estação rastreadora na Terra (IBGE, 2006). As imagens *raster* podem ser obtidas e processadas digitalmente em SIG por meio da digitalização de imagens obtidas por outros métodos de sensoriamento remoto, como levantamentos aerofotogramétricos e radares.



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

Os produtos da cartografia temática são as cartas, mapas ou plantas em qualquer escala, destinadas a um tema específico. A representação temática, distintamente da geral, exprime conhecimentos específicos de um tema (demografia, economia, geologia, solos, vegetação, etc.) para uso geral. A cartografia temática ilustra o fato de que não se pode expressar todos os fenômenos em um mesmo mapa e que a solução é, portanto, multiplicá-los, diversificando-os. O objetivo dos mapas temáticos é o de fornecer, com auxílio de símbolos qualitativos e/ou quantitativos dispostos sobre uma base de referência, geralmente extraída dos mapas e cartas topográficas, as informações referentes a um determinado tema ou fenômenos que está presente no território mapeado (IBGE, 1999).

A cartografia temática digital sintetiza os objetivos da cartografia temática com os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que são estruturas de processamento automático de dados destinados ao armazenamento, recuperação e transformação de dados espaciais/ambientais. Um SIG é composto por diferentes tipos de tecnologias do geoprocessamento, que permitem tratar um conjunto de dados, de forma integrada ou individualizada e tem a função de fornecer a informação, seja na forma de dados espaciais e/ou dados de atributos. Reúne uma série de métodos e técnicas que permitem coletar, identificar, explorar, tratar, processar e analisar dados espaciais, permitindo que se conheça a estrutura de entes espaciais – os elementos de base cartográfica e elementos temáticos e a posição de cada um no espaço geográfico (IBGE, 2006).

Para analisar a evolução urbana em Rio Grande entre os anos de 1975 e 2005, optou-se pela interpretação de produto cartográfico temático elaborado em SIG, processando, por meio do programa *QGIS*, imagem de satélite *Landsat* georreferenciada extraída de *Google Earth*⁵, arquivos de camada vetorial da Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grande do Sul (HASENACK; WEBER, 2010) e arquivo de camada vetorial de *Áreas Urbanizadas do Brasil – 2005* (IBGE, 2016).

Hasenack e Weber (2010) utilizam a definição de *mancha urbana* para caracterizar as áreas urbanas. A base dos arquivos de camadas vetoriais deste produto são as cartas do Mapeamento Sistemático do Brasil na escala 1:50.000 com data de 1975. No caso do IBGE (2016), tal produto refere-se ao mapeamento (*vetorização*) de *áreas urbanizadas* a partir de

⁵ Os programas QGIS e *Google Earth* estão disponíveis para *download* livre nos seguintes endereços na rede mundial de computadores (*internet*), respectivamente:

www.qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html

www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/download/ge/agree.html.

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

imagens de satélite CBERS-2B em escala 1:100.000. A data da maioria das imagens que serviram de base para este mapeamento está compreendida entre os anos de 2005 e 2007. Portanto, em que pese as diferenças entre os limites legais e os limites reais, utiliza-se como sinônimos as definições de *área urbana* ou *urbanizada*, *área edificada*, *zona urbana*, *perímetro urbano*, *mancha urbana* ou *urbanizada*, que se diferencia do conceito de *cidade*, que corresponde aos limites da divisão política do distrito onde está localizado a sede do poder político municipal (distrito-sede). Deste modo, entende-se evolução urbana como a expansão da *área urbanizada* ou *mancha urbana* em função do processo histórico-social.

As principais contribuições teóricas para a compreensão da evolução urbana de Rio Grande não estudam o período proposto: Copstein (1982) analisa o período de 1737 até o início do século XX e Salvatori (1989) detém-se ao período de 1737 até 1987. Considerando estas questões, justifica-se este trabalho por cumprir uma lacuna no estudo recente deste fenômeno urbano.

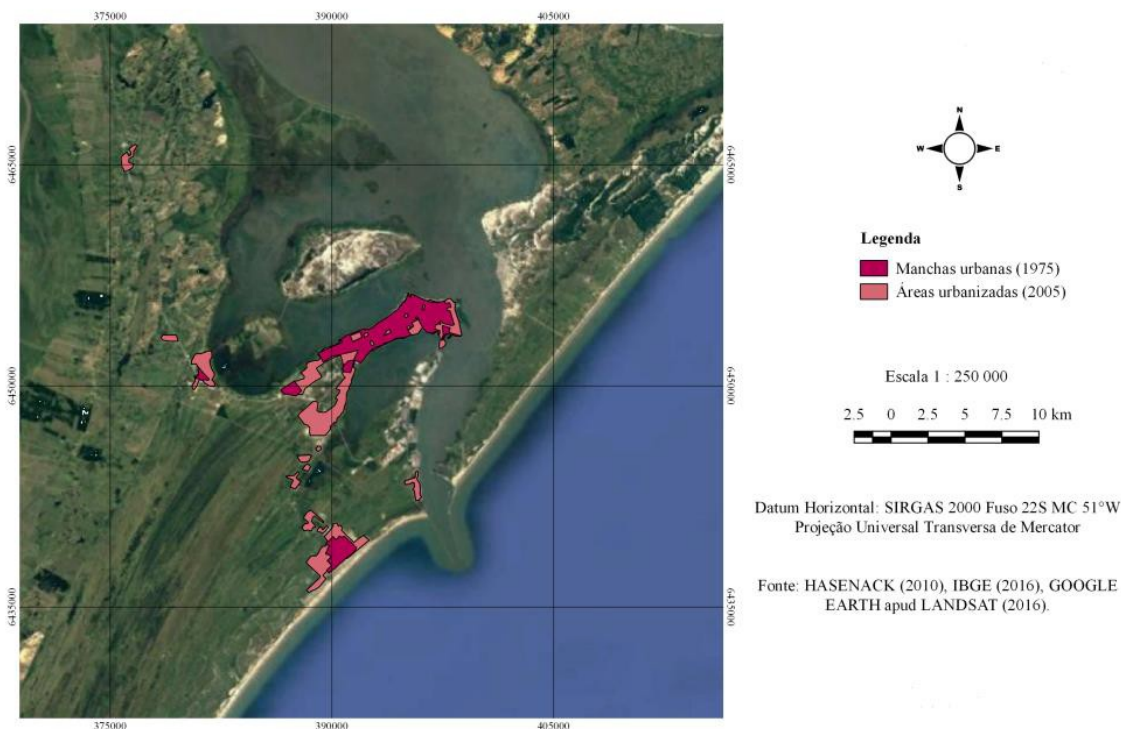
O produto cartográfico produzido representa a expansão da evolução urbana em Rio Grande, no período de 1975 a 2005, em três frentes: no eixo Estrada Roberto Socowski-BR-392-Vila da Quinta-Povo Novo, no sentido Rio Grande-Pelotas; no eixo da rodovia ERS-734, no sentido Rio Grande-Cassino; e a expansão da zona urbana na Quarta Secção da Barra.

No eixo Estrada Roberto Socowski-BR-392, nota-se o expressivo crescimento da área urbana na Vila da Quinta e o surgimento dos bairros Castelo Branco, Profíurbi I e II, principalmente. No eixo da rodovia ERS-734, a origem dos bairros Parque Marinha, Parque São Pedro, Jardim do Sol e o crescimento urbano no Senandes, Bolaxa e fortemente no Cassino contribuíram para a expansão urbana neste vetor. Por fim, percebe-se haver tendência de expansão em torno da zona portuária (Santa Tereza, Vila Mangueira, Quarta Secção da Barra, Barra Nova).

Mapa 1 – Rio Grande (RS) – Evolução Urbana (1975-2005)

Realização:





Elaboração: Gustavo Harder Gonçalves

Concluindo, os determinantes da evolução urbana em Rio Grande neste período podem ser resumidos a dois elementos da dinâmica econômica do município: em primeiro, o surgimento do Distrito Industrial/Superporto e, em segundo, a implantação e crescimento do *Campus Carreiros* da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

4) Referências bibliográficas

COPSTEIN, Raphael. **Evolução Urbana de Rio Grande**. Porto Alegre, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 122, p. 43-68, 1982.

GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. **Dicionário de Geografia: Termos, Expressões, Conceitos**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996. 246p.

HASENACK, H.; WEBER, E. (Org.). **Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grande do Sul – Escala 1:50.000**. Porto Alegre: UFRGS – IB – Centro de Ecologia, 2010. DVD-Rom (Série Geoprocessamento, 3).



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: XXXIV Volume**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. 411p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 132p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual Técnico de Uso da Terra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 91p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dicionário de Dados – Categoria: Localidade**. In: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base Cartográfica do Brasil, Ao Milionésimo – BCIM. 3ª Versão e Complemento 3.0x: Documentação Técnica Geral. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 5p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por Setores Censitários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 201p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Áreas Urbanizadas do Brasil – 2005**. [base de dados na internet]. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/areas_urbanizadas/default.shtm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário Cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 646p.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município do Rio Grande: Relatório de Caracterização Municipal**. Rio Grande: Engeplus Engenharia e Consultoria LTDA, 2013. 422p.

SALVATORI, Elena *et al.* **Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande**. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, v. 51, n.1, p. 27-72, jan./mar. 1989.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Círculo do Livro/Best Seller, 1999. 652p.

Realização:





XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**.
São Paulo: Contexto, 2008. 439p.

Realização:

